

**PROVA DE CONHECIMENTOS**  
**PROCESSO DE ESCOLHA SUPLEMENTAR DOS MEMBROS DO CONSELHO**  
**TUTELAR Nº 01/2021/CMDCA**

1. A colocação em família substituta estrangeira:
  - a) constitui medida excepcional, somente admissível na modalidade de adoção.
  - b) é absolutamente vedada.
  - c) constitui medida excepcional, somente admissível nas modalidades de guarda e de tutela.
  - d) é admitida em todas as modalidades, desde que autorizadas pelo juiz competente.
  - e) não encontra qualquer restrição, se houver vínculo de parentesco até o quarto grau com o menor, independentemente de vínculos de afinidade e afetividade.
  
2. Quanto à medida protetiva de internação, assinale a alternativa em acordo com o ECA.
  - a) A internação constitui medida privativa da liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
  - b) A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo, a cada ano.
  - c) O período mínimo de internação será de três anos.
  - d) A liberação será compulsória aos dezoito anos de idade.
  - e) A desinternação será automática, não precedida de autorização judicial nem de conhecimento do Ministério Público.
  
3. Em relação à autorização para a criança viajar, assinale a alternativa em acordo com o ECA.
  - a) Será exigida autorização judicial quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
  - b) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de ascendente ou colateral maior, até o terceiro grau, comprovado documentalmente o parentesco.
  - c) Será exigida autorização judicial se a criança estiver acompanhada de pessoa maior, expressamente autorizada pelo pai, pela mãe ou pelo responsável.
  - d) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização judicial é dispensável, se a criança ou o adolescente viajar na companhia de um dos pais, autorizado expressamente pelo outro por meio de documento com firma reconhecida.
  - e) É dispensável a autorização judicial para a criança ou o adolescente nascido em território nacional que estiver de saída do país em companhia de estrangeiro residente ou domiciliado no exterior.
  
4. Em relação à guarda e à tutela, assinale a alternativa em acordo com o ECA.
  - a) A guarda obriga à prestação de assistência material, moral e educacional à criança ou ao adolescente, conferindo a seu detentor o direito de opor-se a terceiros, inclusive aos pais.
  - b) A tutela poderá ser deferida, nos termos da lei civil, a pessoa de até vinte e um anos de idade incompletos.
  - c) A guarda confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente, para todos os fins e efeitos de direito, exceto previdenciários.

- d) O deferimento da tutela pressupõe a prévia decretação da perda ou da suspensão do poder familiar e não implica, necessariamente, o dever de guarda.
  - e) A inclusão da criança ou do adolescente em programas de acolhimento familiar não terá precedência sobre seu acolhimento institucional.
5. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, se um professor ou responsável por estabelecimento de ensino fundamental, pré-escola ou creche souber de alguma situação de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente e deixar de comunicar à autoridade competente, ele cometerá um/a:
- a) crime em espécie
  - b) crime por ação
  - c) crime por omissão
  - d) infração administrativa
  - e) violação penal
6. Sobre o direito à vida e à saúde, efetivamente previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:
- a) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, durante toda a gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, conforme disponível no município.
  - b) Incumbe ao poder público e a toda sociedade proporcionar assistência psicológica à gestante e à mãe, exclusivamente no período pré-natal, inclusive como forma de prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
  - c) Os serviços de saúde onde o parto for realizado assegurarão às mulheres e aos seus filhos recém-nascidos alta hospitalar responsável e contrarreferência na atenção primária, sem englobar os grupos de apoio à amamentação.
  - d) O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.
  - e) As mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção não gozam dos cuidados pós-natal e de amamentação.
7. Não configura medida socioeducativa aplicável aos adolescentes em razão da prática de ato infracional:
- a) advertência.
  - b) inserção em regime de semiliberdade.
  - c) obrigação de reparar o dano.
  - d) destituição do poder familiar.
  - e) prestação de serviços à comunidade.
8. Em relação ao Estatuto do Adolescente e da Criança, assinale a alternativa correta.
- a) Prevê como crime de corrupção de menores a prática, com menor de 18 (dezoito) anos, de qualquer ato libidinoso diverso da conjunção carnal.
  - b) Define crimes praticados contra e por crianças e adolescentes.
  - c) Os crimes nele previstos são de ação penal pública condicionada e incondicionada.
  - d) Define “cena de sexo explícito ou pornográfico” como sendo qualquer situação que envolva criança ou adolescente em atividade de sexo explícito real, apenas.
  - e) Prevê como crime a conduta do médico de não identificar corretamente o neonato e a parturiente, por ocasião do parto.

9. Ocorrendo a apreensão de um adolescente, a sua internação em entidade, antes da sentença, só pode ser decretada pela autoridade judiciária e pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias. Esse prazo corresponde:
- ao prazo legal máximo para a preparação e apresentação da defesa do adolescente
  - ao tempo reservado à elaboração, pela entidade, de relatório completo sobre o adolescente
  - ao prazo máximo previsto para a conclusão da apuração do ato infracional
  - ao tempo destinado à localização e à convocação dos pais ou responsável pelo adolescente
  - ao período destinado à elaboração do perfil sociopsicológico do adolescente
10. No que se refere à garantia da prioridade absoluta, da forma como prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente, tem-se que esta compreende:
- garantia de imunidade contra todo tipo de exploração sexual.
  - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas.
  - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública, salvo se houver idoso.
  - destinação privilegiada de recursos públicos e privados nas áreas relacionadas com o meio ambiente e os direitos sociais.
  - a extensão da proteção quando atingida a idade adulta em situações expressamente previstas na lei.
11. Mauro, aos 16 anos de idade, praticou conduta para a qual lhe foi aplicada a medida socioeducativa de internação. Nessa hipótese, o Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que o adolescente ficará sujeito a um período máximo de internação de:
- um ano.
  - dois anos.
  - três anos.
  - quatro anos.
  - cinco anos.
12. De acordo com o artigo 103 do ECA, “considera-se ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal”. Sobre a prática de ato infracional e o respectivo processo de apuração e execução, analise as assertivas a seguir:
- A criança que pratica ato infracional fica sujeita tanto a medidas socioeducativas como medidas de proteção.
  - O adolescente tem direito à defesa técnica no processo de apuração de ato infracional e pode renunciar à produção de prova na audiência de apresentação.
  - O prazo para recurso da Defensoria Pública contra sentença prolatada em processo de apuração de ato infracional é de 15 (quinze) dias, contado em dobro.
  - Não se admite o cumprimento provisório de medida socioeducativa.
- Quais estão INCORRETAS?
- Apenas I e III.
  - Apenas II e III.
  - Apenas II, III e IV.
  - Apenas I, II e III.
  - I, II, III e IV.

13. A respeito do Estatuto da Criança e do Adolescente, julgue os seguintes itens:
- I. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico da instituição de ensino.
  - II. Não é permitido à criança e ao adolescente contestar os critérios avaliativos da escola.
  - III. Os dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental deverão comunicar ao Conselho Tutelar os casos de elevados níveis de repetência.
- Assinale a opção correta.
- a) Apenas o item I está certo.
  - b) Apenas o item II está certo.
  - c) Apenas os itens I e III estão certos.
  - d) Apenas os itens II e III estão certos.
  - e) Todos os itens estão certos.
14. O Estatuto da Criança e do Adolescente será aplicado:
- a) a todas as pessoas com idade entre zero e vinte e um anos.
  - b) apenas às pessoas com idade menor que 18 anos.
  - c) a todos os adolescentes até a idade de 24 anos.
  - d) excepcionalmente às pessoas entre dezoito e vinte e um anos de idade.
  - e) apenas a crianças e adolescentes em condições de vulnerabilidade social.
15. De acordo com o ECA, a garantia de prioridade compreende, dentre outras:
- a) apoio às famílias carentes na educação de seus filhos.
  - b) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias.
  - c) garantia de ajuda financeira às famílias em situação de pobreza.
  - d) acesso gratuito nos transportes públicos.
  - e) distribuição gratuita de ingressos para cinema e teatro.
16. É uma das atribuições do Conselho Tutelar, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente:
- a) Oferecer em sua sede reforço escolar, a fim de garantir ações de complementação de contraturno escolar.
  - b) Representar à autoridade judiciária em caso de ações de suspensão ou perda do poder familiar.
  - c) Expedir notificações.
  - d) Assessorar o Poder Legislativo na elaboração de leis que assegure direitos e garantias à criança e ao adolescente.
  - e) Manter em sua sede um profissional da psicologia, a fim de garantir o atendimento psicológico às famílias.
17. Sem prejuízo de outras providências legais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) estabelece que os casos de suspeita ou confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão:
- a) investigados para identificar a corresponsabilidade da criança no caso.
  - b) primeiramente levados ao juiz da Vara da Infância e Juventude.
  - c) obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade.
  - d) direcionados à Delegacia Infantojuvenil próxima à residência da criança.
  - e) encaminhados aos responsáveis para verificação do ocorrido com a criança.

18. O Conselho Tutelar é o órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente.

A respeito desse órgão, é correto afirmar que:

- a) em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar como órgão da administração pública, composto por seis membros escolhidos pela população, com mandato de quatro anos, não permitida a recondução.
- b) poderá ser eleito como membro do conselho tutelar quem for reconhecido como moralmente idôneo, que possua idade superior a vinte e um anos e resida no município onde exercerá suas atividades.
- c) são considerados suspeitos de servir no mesmo conselho tutelar: marido e mulher, ascendentes, descendentes, sogro e nora.
- d) a posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia primeiro de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.
- e) o exercício efetivo do cargo de conselheiro não constituirá serviço público e sim ato assistencial voluntário.

19. De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, no que se refere à adoção, assinale (V) para afirmativa verdadeira e (F) para falsa.

- ( ) É vedada a adoção por procuração.
- ( ) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando.
- ( ) Podem adotar os maiores de 21 (vinte e um) anos, dependendo do estado civil.
- ( ) Podem adotar os ascendentes e os irmãos do adotando.

Marque a sequência correta:

- a) V, F, V, F
- b) F, V, F, V
- c) V, V, V, F
- d) V, V, F, F
- e) V, F, V, V

20. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente, deixar de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente, cuja penalidade é a multa de três a vinte salários de referência, é responsabilidade:

- a) da autoridade judiciária mais próxima.
- b) do responsável por diversão ou espetáculo público.
- c) dos amigos e vizinhos da criança ou do adolescente.
- d) do Juizado de Menores, da Vara da Infância, da Juventude e do Idoso.
- e) do professor ou responsável por estabelecimento de ensino fundamental, pré-escola ou creche.

## CARTÃO-RESPOSTA

Nome (letra de forma)
Assinatura

Questão	Resposta
1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	

Questões Corretas		Nota
Nº	%	

Nome (letra de forma)

Assinatura

**Questão Descritiva**

Discorra sobre o objetivo/função do Estatuto da Criança e do Adolescente em no máximo 20 linhas.

1 \_\_\_\_\_  
2 \_\_\_\_\_  
3 \_\_\_\_\_  
4 \_\_\_\_\_  
5 \_\_\_\_\_  
6 \_\_\_\_\_  
7 \_\_\_\_\_  
8 \_\_\_\_\_  
9 \_\_\_\_\_  
10 \_\_\_\_\_  
11 \_\_\_\_\_  
12 \_\_\_\_\_  
13 \_\_\_\_\_  
14 \_\_\_\_\_  
15 \_\_\_\_\_  
16 \_\_\_\_\_  
17 \_\_\_\_\_  
18 \_\_\_\_\_  
19 \_\_\_\_\_  
20 \_\_\_\_\_  
21 \_\_\_\_\_  
22 \_\_\_\_\_  
23 \_\_\_\_\_  
24 \_\_\_\_\_  
25 \_\_\_\_\_

Nota

--